

Informação sobre o início dos trabalhos

(Este documento e o comprovativo da sua submissão junto da câmara municipal devem acompanhar o título durante a execução da obra)

(A preencher pelos serviços municipais)

Processo n.º Requerimento/Comunicação n.º Data:

Exmo.(a). Senhor(a). Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor

Nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), na sua redação atual, o comunicante abaixo identificado leva ao V. conhecimento, o seguinte:

1. INFORMAÇÃO SOBRE O INÍCIO DOS TRABALHOS nos termos dos artigos 80.º e 80.º-A do RJUE:

- ☐ Obra precedida de licença n.º emitida em / / ou com deferimento tácito formado em / / (Processo n.º);
- ☐ Obra precedida da comunicação prévia submetida em / / (Processo n.º);

(Obras isentas de licença ou comunicação prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE:)

- ☐ Obra isenta na sequência de informação prévia favorável do n.º 2 do artigo 14.º do RJUE, com resposta favorável em / / ou com deferimento tácito formado em / / (Processo n.º);
- ☐ Obras de conservação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, sem prejuízo do n.º 3 do artigo 80.º-A do RJUE;
- ☐ Obras de alteração no interior de edifício ou fração, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE;
- ☐ Obras de escassa relevância urbanística, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE;
- ☐ Obra de reconstrução de edifícios ou frações, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE;
- ☐ Obras para efeitos dos n.º 2 e 3 do artigo 89, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE;
- ☐ Obras de demolição em caso de edificações ilegais, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE;
- ☐ Obras de conservação de imóveis classificados ou vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos classificados ou em vias de classificação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE;

Apresentando-se a seguinte descrição dos trabalhos (preencher no caso de obras isentas exceto as previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE):

- ☐ Junta-se anexo com identificação dos projetos de especialidades (caso aplicável)

2. CALENDARIZAÇÃO DA OBRA

- ☐ Data prevista para o início da obra ____/____/____
- ☐ Prazo previsto para conclusão da obra _____

3. TAXAS, ENCARGOS DEVIDOS, CEDÊNCIAS E CONTRATOS

- ☐ A operação urbanística foi sujeita ao pagamento da taxa pela realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas, no valor de _____ nos termos definidos em regulamento municipal (identificar a norma): _____
- juntando-se para o efeito respetivo comprovativo;
- ☐ Foram formalizadas as cedências nos termos do n.º 3 do art.º 44.º do RJUE, através de _____ (a);
- ☐ Pela dispensa parcial ou total de cedências, para as finalidades previstas no artigo 43.º do RJUE é proposta a uma compensação ao município no valor de _____ nos termos definidos em regulamento municipal (identificar a norma): _____
- ☐ A operação exige a execução de obras de urbanização e a prestação de caução no valor de _____ mediante _____ (b) a que se refere o artigo 54.º do RJUE.

4. LOCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA

Morada:					
N.º Polícia:		Lote:		Andar:	
Local:					
Código Postal:		Localidade:			
Freguesia:					
Descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponte de Sor sob o n.º:					
Artigo(s) de inscrição na matriz:					
Código de acesso à certidão permanente do registo					

5. IDENTIFICAÇÃO DO COMUNICANTE

Nome / Denominação:	
Tipo de Entidade ^(c) :	
NIF / NPIC:	
Nº de identificação civil:	
Domicílio / Sede:	
Localidade:	
Código Postal:	
Contacto telefónico:	
E-mail:	
Na qualidade de ^(d) :	

6. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:	
NIF:	
Doc. De identificação / N.º:	
Domicílio / Sede	
Localidade:	
Código Postal:	
Contacto telefónico:	
E-mail:	
Na qualidade de:	☐ Mandatário ☐ Sócio-gerente ☐ Administrador ☐ Outro: _____

7. IDENTIFICAÇÃO do ENCARGADO da EXECUÇÃO DA OBRA

Nome / Denominação:	
NIF / NPIC:	
Nº de identificação civil:	
Domicílio / Sede:	
Localidade:	
Código Postal:	
Contacto telefónico:	
E-mail:	

8. OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

☐ Mais requer licença para ocupar a via pública, com _____
(materiais e/outras), numa área de entificar a norma): _____ m².

Data: _____ de _____ de _____

O requerente / comunicante/ representante legal (e):

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

- (a) Indicar se: escritura pública, documento particular autenticado ou do procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédio urbano em atendimento presencial único, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, quando aplicável;
- (b) Indicar se: garantia bancária, hipoteca, depósito em dinheiro ou seguro-caução
- (c) Indicar se: pessoa singular ou pessoa coletiva
- (d) Indicar se: proprietário, mandatário, usufrutuário, outro (especificar)
- (e) Para a assinatura digital, devem ser utilizados mecanismos de autenticação segura, incluindo os do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), bem como os meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados-Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.

ANEXO V

Elementos instrutórios

IX — Elementos instrutórios da informação sobre o início dos trabalhos

38 — Informação sobre o início dos trabalhos relativos a operações isentas de licença ou comunicação prévia, com exceção das previstas na alínea h), n.º 1, do artigo 6.º

- a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da obra ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- b) Quando as obras de alteração no interior dos edifícios impliquem uma alteração à estabilidade, deve ser apresentado:
 - i) Projeto de estabilidade, para efeitos de mero depósito, acompanhado por termo de responsabilidade elaborado por técnico habilitado;
 - ii) Projeto de reforço sísmico, quando exigível nos termos da lei, para efeitos de mero depósito, acompanhado por termo de responsabilidade elaborado por técnico habilitado;
 - iii) Declaração de habilitação profissional que permita a verificação das competências profissionais detidas pelo técnico autor do projeto, nos termos previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 10.º do RJUE e da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, em caso de impossibilidade técnica de emissão do código por associação pública de natureza profissional;
 - iv) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
- c) Em caso de obras de reconstrução de edifícios ou frações, previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE, devem ser apresentados os elementos gráficos comprovativos do último antecedente válido, tais como plantas, cortes e alçados, quando existam, elementos fotográficos ou outros elementos comprovativos da existência de direitos adquiridos, devendo ainda ser apresentados os elementos previstos na alínea anterior, quando a obra implique uma alteração à estabilidade.
- d) Parecer favorável da entidade competente ao abrigo da legislação do património cultural (em caso de obras de conservação de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE);
- e) Documento comprovativo de pagamento das taxas e demais encargos devidos, se aplicável;
- f) Documento comprovativo da realização de cedências, caso aplicável, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º do RJUE.